

# COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

## REQUERIMENTO Nº , DE 2026 (Do Senhor Helio Lopes)

Requer a convocação do **Ministro de Estado da Defesa, Senhor José Múcio Monteiro Filho**, para prestar esclarecimentos acerca dos impactos decorrentes do bloqueio de despesas discricionárias promovido pelo **Decreto nº 12.990, de 29 de maio de 2026**, sobre a capacidade operacional das Forças Armadas e os programas estratégicos de defesa nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocado o Ministro de Estado da Defesa, Senhor José Múcio Monteiro Filho, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca dos impactos decorrentes do bloqueio de despesas discricionárias promovido pelo Decreto nº 12.990, de 29 de maio de 2026, especialmente quanto aos reflexos sobre a capacidade operacional das Forças Armadas, a execução de programas estratégicos de defesa e a proteção da soberania nacional.

### JUSTIFICAÇÃO

Compete à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional acompanhar e fiscalizar matérias relacionadas à defesa nacional, à soberania do País, à proteção das fronteiras e à atuação das Forças Armadas.



Em 29 de maio de 2026, o Presidente da República editou o Decreto nº 12.990, promovendo bloqueio de aproximadamente R\$ 23,7 bilhões em despesas discricionárias do Orçamento Geral da União, sob a justificativa de adequação às metas fiscais estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal.

Segundo informações divulgadas pelo **Poder360**<sup>1</sup>, o Ministério da Defesa foi a pasta mais afetada pelo bloqueio orçamentário promovido pelo governo federal, sofrendo restrições da ordem de R\$ 4,4 bilhões em suas despesas discricionárias. No mesmo sentido, conforme divulgado pela **Revista Oeste**<sup>2</sup>, a Defesa liderou os bloqueios realizados pela União, superando áreas estratégicas como Saúde, Educação, Transportes e Cidades.

As informações veiculadas pela imprensa revelam que a magnitude da contenção de recursos poderá produzir impactos relevantes sobre a capacidade operacional das Forças Armadas e sobre a execução de programas considerados essenciais para a preservação da soberania nacional.

Entre as iniciativas potencialmente afetadas encontram-se programas estratégicos voltados à proteção das fronteiras terrestres, ao monitoramento do espaço aéreo, à vigilância da Amazônia, à defesa do Atlântico Sul e à modernização dos meios militares empregados pelas Forças Armadas brasileiras.

A preocupação torna-se ainda mais relevante diante do atual cenário geopolítico internacional, marcado pelo fortalecimento de organizações criminosas transnacionais nas regiões de fronteira, pela expansão de ameaças cibernéticas e pela crescente necessidade de proteção das riquezas naturais e dos interesses estratégicos brasileiros.

A Constituição Federal atribui às Forças Armadas a missão de defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. O adequado cumprimento dessas atribuições depende da existência

<sup>1</sup> BRITO, Lara. *Lula bloqueia R\$ 23,7 bi do orçamento federal de 2026*. Poder360, 30 maio 2026. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/lula-bloqueia-r-237-bi-do-orcamento-federal-de-2026/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

<sup>2</sup> LULA bloqueia R\$ 23,7 bi no Orçamento; Defesa é a pasta mais afetada. Revista Oeste, São Paulo, 30 maio 2026. Disponível em: <https://revistaoste.com/politica/lula-bloqueia-r-237-bi-no-orcamento-defesa-e-a-pasta-mais-afetada/>. Acesso em: 8 jun. 2026.



de recursos compatíveis com as necessidades operacionais, logísticas e estratégicas das instituições militares.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que esta Comissão obtenha esclarecimentos oficiais acerca dos critérios adotados para a distribuição dos bloqueios orçamentários, dos programas eventualmente afetados, dos impactos previstos para a prontidão operacional das Forças Armadas e das medidas que o Ministério da Defesa pretende adotar para mitigar os efeitos decorrentes da restrição de recursos.

A sociedade brasileira e o Parlamento têm o direito de conhecer os reflexos concretos dessas medidas sobre a capacidade de defesa do Estado brasileiro, sobre a proteção das fronteiras nacionais e sobre a preservação da soberania do País.

Diante da relevância da matéria e de seus potenciais impactos para a defesa nacional, mostra-se necessária a convocação do Ministro de Estado da Defesa para prestar os devidos esclarecimentos perante esta Comissão.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 2026.

**Deputado HELIO LOPES**  
**PL/RJ**

